

TÍTULO:

Políticas Públicas e investimento no setor pesqueiros: um estudo do caso brasileiro entre 1970 e 2007.

Dra. Winifred Knox¹

winknox@hotmail.com

RESUMO

Trata-se de um levantamento de indicativos do investimento estatal no setor pesqueiro através de leis e incentivos e subsídios e da criação de leis normativas referentes à extração dos recursos marinho. As primeiras explicitando um apoio à expansão da atividade pesqueira artesanal e semi-industrial, à expansão da frota de barcos e as segundas representando medidas protecionistas do meio ambiente litorâneo e marinho. Fazendo uso de modelos de análises, pretende-se refletir sobre as leis formuladas, os efeitos esperados, as ações executadas e os resultados alcançados. Apontando como problematização a complexidade das relações locais e a grande diversidade de casos para os quais as medidas visam atuar.

Palavras chaves

Políticas sociais – pesca – pescadores artesanais – meio ambiente

ABSTRACT

Key words

Social Politics – fishery – fisherman - environment

¹ Doutora em Ciências Sociais, mestre em Antropologia e Sociologia e graduada em Serviço Social. em sua tese de doutora trabalhou com comunidade pesqueira.

APRESENTAÇÃO

A proposta deste artigo é apresentar o projeto de pesquisa “Políticas públicas e comunidades pesqueiras”, ainda em fase inicial de levantamento, assim como elaborar as primeiras reflexões em torno do objetivo proposto, o de pesquisar o “investimento estatal” no setor pesqueiro com a “criação” de direitos sociais relativos às populações que vivem da extração dos recursos marinhos, através da formulação de leis, incentivos e subsídios.

Trata-se de uma continuação dos estudos realizados no doutoramento sobre comunidades pesqueiras², agora, no entanto, com o novo enfoque das políticas públicas voltadas para o setor pesqueiro e comunidades de pescadores.

O período proposto vai do final da década de 60 aos nossos dias. Trata-se de um período com grandes diferenças internas quanto aos regimes políticos e as políticas econômicas implementadas. É nesse período que se observa uma modificação das representações sociais referente ao espaço da faixa litorânea no Brasil segundo vários estudos (KNOX, 2007, PRADO, 2003, PAIVA, 1997). Uma nova forma de percebê-lo pelas classes alta e média é construída e o litoral passa a ser concebido como um espaço de lazer³ das férias, gerando um novo *habitus* relacionado à proximidade com o mar, tendo como resultado uma valorização destes terrenos, especulação imobiliária em vários pontos e finalmente, uma nova apropriação do espaço social e físico por outros agentes que não os originalmente ocupantes, comunidades tradicionais e pesqueiras. Estas últimas sendo desalojadas e pressionadas a um novo re-alojamento. Este período, portanto, é de grandes transformações culturais nas comunidades pesqueiras nos diversos aspectos da vida e do trabalho.

Este período também vai marcar um recrudescimento do Estado de Bem Estar para um Estado reduzido caracterizando uma contra- reforma do Estado para um Estado neo-liberal. Em 70 acontece a crise mundial do petróleo e o Brasil que vivia ainda sob a idéia do “milagre econômico” procura manter-se no modelo desenvolvimentista. Mas em 80 o país é atingido pela crise econômica e a idéia do Estado mínimo em expansão no mundo todo, a partir da Inglaterra, é sugerida pelos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial) para sua implementação com o corte de gastos na área de proteção social.

² Ver. KNOX, W. “Vivendo do mar: tradição, memória e mudança na vida pesqueira de Pitangui/RN.” Natal, UFRN, 2007.

³ Do mesmo modo pode-se perceber na Europa o movimento de valorização do litoral acontecendo no Séc. XVIII, ver. CORBIN, 1989.

No entanto o país vivia uma época de grande mobilização popular. A nova constituição de 1988 acaba por, não somente confirmar alguns direitos sociais já conquistados em períodos anteriores (em 30 pelo conjunto de medidas de proteção ao trabalhador com a CLT), como também introduzir a concepção da universalização de direitos sociais. A universalização é sugerida como diretriz básica para diversas áreas, e principalmente saúde e educação.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DOS PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

O primeiro levantamento de dados realizado sob o qual este artigo se baseou foi realizado através de consulta pela internet aos sites do legislativo (do Senado Federal), da Secretaria Especial da Pesca (SEAPE), do Ibama, Ministério do Meio Ambiente, entre outros. O levantamento feito seguiu uma busca por ano em leis, decretos, e decretos-lei, sobre os assuntos: pescadores, setor pesqueiro, e pesca.

Concomitantemente, foi levantada uma vasta bibliografia cujos assuntos permeavam os seguintes temas: comunidades pesqueiras; pescadores e a atividade da pesca artesanal; planejamento costeiro e a extração de recursos marinhos; conflitos sócio-ambientais, desenvolvimento e sustentabilidade; modernização tecnológica, mudanças culturais e globalização; cidadania, direitos sociais e políticas públicas.

A PESCA: AS GARANTIAS SOCIAIS E DE TRABALHO

Pode-se dividir o período enfocado na pesquisa em quatro blocos distintos: o primeiro bloco marcado ainda pelas políticas econômicas do “milagre econômico” e pela ditadura militar, sendo marcado pelos decretos-lei n. 221 de 1967 (que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca), e a de 68 (que regulamenta o trabalho de bordo de embarcações pesqueiras) e as que vão seguir até o final da década de 70, como um interesse governamental em ordenar *a pesca*; o segundo bloco, marcado pela abertura política, redemocratização e pela luta para a conquista dos direitos sociais pela sociedade em geral e pelas classes trabalhadoras mobilizadas, nota-se algumas tentativas de alterar e revogar dispositivos do Decreto –lei n.221, enfocando o setor pesqueiro. O terceiro bloco, o da década de 90 é marcado pela eleição para presidente, pelos resultados subseqüentes a esta, pela introdução de algumas modificações do perfil socioeconômico das novas classes políticas do legislativo e pela criação em 95 o Grupo Executivo do *setor pesqueiro- GESPE*; o quarto bloco, a

década de 2000, é marcada decisivamente por uma postura declarativa do Estado na busca de mecanismos de proteção das comunidades pesqueiras e outras populações consideradas “tradicionais” com o decreto lei 6.040. Este propõe uma definição através da auto identificação e sinaliza a possibilidade de proteção do conhecimento para as populações tradicionais. O decreto lei 6.241 marca uma mudança no tratamento da questão de conflito referente ao meio ambiente e pescadores da lagosta. Propondo medidas indenizatórias aos proprietários de redes de espera do tipo caçoeira e compressores de ar utilizados na pesca da lagosta, assim como propõe assistência financeira mensal aos pescadores impedidos de exercerem a pesca da lagosta. E acaba por se efetivar em um benefício seguro desemprego proposto em lei 10.779/2003. Em 2004 é elaborado um plano plurianual contendo um vasto programa de ações que enfocam a faixa litorânea, inclusive o *Programa de aquíicultura e pesca do Brasil*, lei 11.030.

Diversos estudos têm mostrado o aspecto marginal em que estas populações se situam frente ao acesso de bens de consumo e serviços. Os trabalhos de Kottak (1966) e de Cordell (2001) ambos na Bahia, das décadas de 60/70 sinalizam a marginalidade com que a população pesqueira vivia. Em *Os pescadores do Brasil*, Silva (1998) mostra que historicamente essa exclusão foi sendo realizada desde o império, através do estigma social atribuído às populações pesqueiras.

No relatório “ O Diagnóstico da pesca extrativa no Brasil” elaborado na década de 2000 há um levantamento que confirma os ínfimos investimentos estatais na atividade pesqueira, no reforço dos direitos sociais destas populações e na proteção do conhecimento tradicional ou das áreas por estas populações ocupadas. Em termos de investimento estatal, como a implantação de subsídios para o estímulo à pesca, pode-se dizer que estes foram bastante raros nestas 4 décadas, contando com um estímulo evidente nos últimos anos da década de 60 e somente no início da década de 2000 é que se apresenta novo consistente estímulo a pesca pelo subsídio do óleo.

Segundo os pescadores a avaliação da atividade laborativa da pesca na atualidade melhorou, principalmente em termos de condições de trabalho (instrumentos de navegação, mais conforto na viagem e melhores instrumentos de pesca), mas costumam dizer que a pesca como *futuro de vida para seus filhos* não é um bom conselho. Diziam *a pesca está abandonada*, quando foram realizadas as entrevistas no trabalho de campo. Vale lembrar que elas ressoam como um lamento denunciador da distância entre os legisladores e os que ficam na ponta das políticas sociais. Programas como o Plano de Desenvolvimento do Litoral, constante no Plano Plurianual, acabam por não serem percebidos em sua possibilidade de eficácia na execução porque as propostas, na maioria das vezes, não levam em conta a participação dos pescadores na sua discussão.

Finalmente, é somente após os anos 2000 que o assunto *pescadores*, ou seja, que o foco temático das iniciativas legislativas passa a ser direcionado à população que trabalha com a pesca.

AVALIAÇÕES CONCLUSIVAS

Ressalta-se a condição preliminar dos dados e análises aqui trazidos. No entanto, apesar disso, é possível constatar a mudança de foco na atenção das políticas no setor. Inicialmente voltado para o ordenamento da *pesca* passando para o *setor pesqueiro*, e por último, propondo uma atuação não somente no nível repressivo (um “caso de polícia” e do IBAMA), mas também no nível (teórico e /ou retórico) de um espaço participativo da população envolvida. Apontando e apostando na direção de propostas de gestão da pesca.

REFERÊNCIAS

ADAMS, C. Identidade caiçara: exclusão histórica e sócioambiental. In: ALBUQUERQUE, U.P. et.al. (Org.) **Atualidade em etnobiologia e etnoecologia**. Recife: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2002.

_____. **Caiçaras na mata atlântica, pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: Anablume: FAPESP, 2000.

_____. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. In **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 43, nº. 1, pp.146-182, 2000.

ANDRIGUETTO FILHO, J. M. **Sistemas técnicos de pesca e suas dinâmicas de transformação no litoral do Paraná, Brasil**. 1999. 242f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Université de Paris 7, Curitiba, 1999.

ALVES, A., **Os argonautas do mangue**. Precedido por Etienne Samain. Campinas: Unicamp; São Paulo: Editora Oficial, 2004.

CANCLINI, N.G. **Culturas híbridas: estratégia para entrar e sair da Modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. **Consumidores e cidadãos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CASCUDO, L. C. **Jangada: uma pesquisa etnográfica**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Letras e Artes, 1964.

CERTAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORBIN, A. **O Território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

CORDELL, J. (Org.). **A sea of small boats**. Cambridge: Cultural Survival, 1989.

_____. Marginalidade social e apropriação territorial marítima na Bahia. In: DIEGUES, A.C.; MOREIRA, A.C. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB): USP, 2001.

DESCOLA, P. Ecologia e cosmologia. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, 2000.p.149-163.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ensaios 94, Ed. Ática, 1983.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB): USP, 1998a.

DIEGUES, A., CARLOS S. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB): USP, 1996.

DUARTE, Luis Fernando Dias. **As redes do suor: a reprodução dos trabalhadores da produção do pescado em Jurujuba**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1999.

FUKS, M. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas**. Rio de Janeiro: edUFRJ, 2001 .

GALVÃO, H. **Cartas da praia**. Natal: Edições do Val, [1967?].

GEERTZ, C. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. **Saber local, novos ensaios em Antropologia Interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1999.

Instrução Normativa Interministerial n.2, de 4 de set. de 2006. Publicada em Diário oficial da União em 15 de set. de 2006, n,178, ISSN1677-7042. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Seap/pesca/diagnostico.html>; <[http//200.198.202.145/SEAP/rastreamento.index.html](http://200.198.202.145/SEAP/rastreamento.index.html)>

KANT, R. DE L. **Pescadores de Itaipú: meio ambiente, conflito, ritual e pesca**. Niterói: Ed. UFF, 1997.

KOTTAK, C. P. **The structure of equality in a Brazilian fishing community**. Columbia: University of Columbia, 1966.

KNOX, W. Utopia, anarquismo e maritimidade. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 163, n. 415, p. 161-171, 2002.

LOBÃO, R.J.da S. **Reservas extrativistas marinhas: Uma reforma agrária do mar? Uma discussão sobre o processo de consolidação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo/RJ.** [140 f?]. Dissertação. (Mestrado em antropologia e ciência política)- Programa de Pós-Graduação em Antropologia e ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar.** São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

_____. **Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima.** São Paulo: Annablume Editora, 1994.

MELLO, M. da S. **A Itaipú dos companheiros.** 1977. ?f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

MELLO, M.; VOGEL, A. **Gente das areias: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro, Marica/RJ, 1975-1995.** Niterói: EDUFF, 2004.

MILLER, F. **Barra de Tabatinga: terra do povo, mar de todos.** Natal: EDUFRN, 2002.

_____. **Pescadores e coletoras de Patané/Camocim: aspectos da adaptação Humana aos manguezais do rio Grande do Norte.** 2005. 190 f. Tese.(Doutorado em Ciências sociais) Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências sociais. Pontifícia Universidade católica. São Paulo, 2005.

MILLER, T. (Org.) **A crise da pesca no Rio Grande do Norte.** Natal: UFRN, [1988?]. Mimeografado.

MORAES, M.S.M. O loteamento do mar: Conflito e resistência. In: ACSELRAD, H. (Org.) **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p.19-63

MOTA, F.R. O que é de um, não é de outro: conflitos e direitos na Ilha da Marambaia. IN ACSELRAD, H. (Org.) **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.p.93-125.

MOTA, F.R. **Nem muito mar nem muita terra: Nem tanto negro,nem tanto branco; uma discussão sobre o processo de construção da identidade da comunidade remanescente de Quilombos na Ilha da marambaia /RJ**. [150f.?]Dissertação (Mestrado em antropologia e ciência política)- Programa de Pós-Graduação em Antropologia e ciência Política, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

O DIAGNÓSTICO DA PESCA EXTRATIVA NO BRASIL. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Disponível em : <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Seap/pesca/diagnostico.html. Acessado em Junho de 2007.

PRADO, R. M. As espécies exóticas somos nós: reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n.20, p.205-234, out. 2003.

SILVA, L.G. (Coord.) **Os pescadores na história do Brasil: colônia e império**. Recife: Vozes, 1998.v.1.

SOUZA, J. **A Modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Ed. Unb, 2000.

_____. **A construção social da sub-cidadania: para uma sociologia da modernidade periférica**. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006. (Coleção Origem).

SOUZA, T. M. C. de Os pescadores de Guarapari e sua relação com o mar. **Selecta Camilliane/ Revista de Pós-Graduação do Centro Universitário São Camilo**. Cachoeiro de Itapemirim: Vitória, v.1, n.1, 2005.

SMITH, M. E. (Org.) **Those who live from the sea: a study in maritime Anthropology.**
New York: West Publishing, 1977.